

A pressa é nossa

O cachorro da economia deveria continuar abanando o rabo da dívida. Agora, na decretação da minimoratória não negociada da dívida, o rabo volta a abanar o cachorro. A exemplo de 1982, o ajuste externo, de uma conta de US\$ 7,1 bilhões, no semestre, deve prevalecer sobre o ajuste interno de uma economia que pode realizar, no mesmo semestre, um produto bruto de US\$ 140 bilhões. Para cada dólar não renegociado da dívida externa, coloca-se em risco a formação de vinte dólares da economia interna.

O choque cambial da moratória deve protelar certas medidas de recauchutagem do Plano Cruzado. Antes, a protelação correu por conta do «depois da eleição». Agora, na esteira das vacilações de janeiro e fevereiro, temos de deixar a armação do Cruzado 3 para o «depois da negociação». E não mais a negociação da trégua ou do pacto, mas a negociação de uma saída honrosa para o estado declarado de insolvência cambial do Brasil.

Vai demorar

Uma negociação necessariamente arrastada. Banco não topa negociar sob pressão e o vasto bloco credor não vai querer facilitar uma solução diferenciada para o «caso Brasil». Nossa ficha cadastral era a única, entre os grandes mutuários do Terceiro Mundo, que ostentava o grifo de «devedor pontual». A suspensão unilateral do pagamento dos juros, ainda que pelo curto prazo de 90 dias, constitui um «mau exemplo», na avaliação política do sistema bancário internacional. Tanto mais, porque o Brasil desfez-se do monitoramento do FMI, único auditor de confiança dos banqueiros e dos respectivos acionistas e investidores.

Os bancos têm interesse tático em «enrolar» ou dificultar a solução negociada reclamada pelo Brasil. E devem reabrir a «conditio» de exclusão: sem o reatamento com o FMI, não cabe negociar coisa alguma. Se a moda pega — amaciar a cobrança de um devedor dissidente e agora insolvente — não haveria como segurar o «default» em cascata de todos os devedores virtualmente inadimplentes do Terceiro Mundo.

O mau exemplo

O Brasil tem pressa; os credores, não. Até para punir o mau exemplo brasileiro, o comitê dos bancos, espécie de clube «privé» com sede em Nova Iorque, vai submeter qualquer decisão, ao cabo de sofrida negociação, a uma competente consulta às respectivas bases.

E bota base nisso. São 614 bancos consig-

natários, espalhados pelos Estados Unidos, Europa Ocidental, Oriente Médio e Japão, com sobras para o Canadá, Hong-Kong e Cingapura.

No caso americano, são bancos repassadores de recursos fornecidos por uma rede capilar de centenas de instituições financeiras regionais e municipais, uma comunidade de negócios absolutamente impermeável e intransigente: é tudo preto no branco, desde a lei-dobigode do faroeste, quando a garantia bancária era a Winchester 44.

Em resumo, não dá para montar um acordo com a mesma presteza do Clube de Paris, um fórum de apenas 16 parceiros, os governos credores, ainda com algum lastro de sensibilidade política, fora da rotina estritamente bancária.

A vez da caça

Compete ao Brasil inaugurar uma postura essencialmente política para a solução de um impasse que deixou de ser técnico para assumir o perfil da mais grave questão diplomática nas relações internacionais neste findar do século do conhecimento — mas não da sabedoria. A sabedoria é o conhecimento temporário pelo juízo.

Quem deve ter muito juízo, a partir de agora, é o sistema bancário. O Brasil está simplesmente devolvendo a bola-quadrada de uma insolvência em bloco contratada pelos próprios bancos (e respectivos poupadores e governantes) na explosão indecorosa dos juros de mercado, em 1980/82.

Pelo menos até 31 de maio, com ou sem acordo em Nova Iorque, o problema deixa de ser o devedor, passa a ser do credor, finalmente assustado com o estado de saúde de sua mais fértil galinha dos juros de ouro. Podemos pagar só um terço do que devemos — e fim de papo.

Sem rebeldia

Antes que uma rebeldia política do Brasil (que ainda se proclama um devedor soberano), a minimoratória dos juros é apenas uma humilde confissão de insolvência técnica: a suspensão da remessa de juros é uma iniciativa sem alternativa, uma imposição do não poder pagar, mesmo querendo fazê-lo. Rebeldia política estaria no não querer pagar, ainda que podendo fazê-lo.

O diabo é que o Brasil vai atrasar o ajuste do cruzado no aguardo do reajuste da dívida. E os bancos só vão ajustar a dívida se o Brasil reajustar o cruzado...